

utilizado, exigir por parte dos professores e alunos um grande esforço para suprir suas lacunas ou falhas. Mas, acredito que tal esforço mais do que se justifica, visto que, a adoção da obra em nossos cursos de economia, pelo menos ajudará a contrabalançar autores como Samuelson, que tanto têm contribuído para tornar a economia a matéria irrelevante que é em nossos dias. □

Robert N. V. C. Nicol

O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.

Por Virgílio Noya Pinto. São Paulo, 1972. 398 p. mimeogr.

Entre as teses que se apresentam em concursos universitários, raras são as que merecem edição em livro, por cumprirem mais que a simples obtenção de título para que o candidato se promovesse na vida acadêmica. Entre elas está a que Virgílio Noya Pinto escreveu para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, no Departamento de História: **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português** (contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). Trata-se de obra que se impõe pelo tema, elaboração superior, metodologia severa, pesquisa ampla e original. O autor se preparou convenientemente: feito o curso em São Paulo, especializou-se em Paris durante algum tempo, absorvendo o melhor da orientação de mestres que se filiam a uma das linhas historiográficas mais notáveis, de modo que adquiriu método de trabalho, não se detendo na fruição de modelos ou técnicas, mas partindo para a pesquisa. Investigou longamente em Paris e em arquivos portugueses, além de percorrer alguns dos importantes arquivos brasileiros, como o Nacional do Rio, o Municipal de São Paulo, o Municipal de Salvador, além de bibliotecas francesas, portuguesas e brasileiras.

Queremos destacar principalmente a pesquisa em Paris, nos Archives Nationales e no Quai D'Orsay. Daí a riqueza básica da tese: os relatórios, memórias e cartas de embaixadores e cônsules em Portugal, que transmitem informações minuciosas sobre o que se passa no país em que eles trabalham, traçando o cotidiano da política em época de disputas de alianças e, sobretudo, com as novas econômicas, como facilidades e embaraços, fortuna e penúria, crises, importação e exportação, julgamentos sobre a economia e as finanças. Como escreve, "as cartas dos representantes franceses transformam-se em verdadeiro diário da vida portuguesa no século XVIII" (p. 4). Interessa sobretudo o que contam das entradas de ouro em Portugal, do que vem para o rei ou para os negociantes, ou do que é contrabandeado por navios britânicos que nunca deixam de estar no Tejo quando chegam frotas do Brasil. Tem-se, desse modo, conhecimento que não se encontra em outra parte e que é de inestimável valor: os diplomatas fornecem números e dão a linha da política econômica. No caso especial — o ouro brasileiro — dão notícias que nunca haviam sido exploradas, de modo que enriquecem o que se sabe do que foi a economia com origem na mineração do Brasil. Bastava essa base documental para impor o livro.

Ao longo das cinco partes do texto, com 343 páginas, há 520 referências, das quais 161 são de documentos originais que se encontram em Paris — cartas, memórias, relatórios; 109 nos Archives Nationales e 52 no Quai D'Orsay, o que dá pouco menos de 30% do total; se considerarmos que entre os livros usados há 40 citações de franceses, chega-se a 201, pela forte influência que o autor recebeu do curso e estada em Paris. O que é extraído dos arquivos brasileiros é pouco e dos portugueses menos ainda.

Não fica no uso dessa base que não se conhecia direito — raramente as vemos citadas — o mérito do autor, mas também no método, que é eminentemente da escola francesa. É uma historiogra-

fia objetiva, que se aproxima do ideal quantificador, embora não o transforme em simples arrolamento de cifras — variante moderna da antiga história narrativa na qual, em vez de nomes, datas e fatos, há números, sem maior valor explicativo, como se vê em muita obra pretensamente original. O autor paulista, fiel aos professores que teve, pratica com segurança os seus ensinamentos: é com certa admiração ingênua e provinciana que o vemos citar texto inédito de Braudel (p. 376). Só o domínio de técnica de trabalho e acesso a instituições menos exploradas não fariam o êxito do livro, que depende muito da erudição do autor e de seu poder reflexivo, que conduz à correta elaboração de quanto dispôs. Daí a superioridade do que faz na magra historiografia brasileira.

Assinale-se que o tema vem sendo mal estudado: o caso do ouro, se já despertou atenções e provocou vários escritos, o certo é que não se prima pela pesquisa nem pela interpretação. Os autores em geral se repetem: vão a Calógeras, a Antonio Olinto dos Santos Pires, a Eschwege, a José João Teixeira; quando há novidade, é na linha interpretativa, como se dá com Celso Furtado. Ora, o problema requer ainda muito levantamento para ser bem posto. Basta que se lembre o pouco de rigor que há nas cifras, na pobreza da quantificação. O comum é a história tributária do período, as projeções sociais e políticas, o surto artístico. Já existe uma certa história oficial de Minas, que tem muitas brechas para qualquer crítica de mínima exigência. Daí o entusiasmo que provoca a presente tese, que apresenta algo de novo na documentação. O autor não pretende ser revisionista: se denuncia equívocos, quando trata especificamente de Minas repete o que se sabe sobre a sociedade, sua precoce urbanização, sua diversidade mais considerável que a do Nordeste. São pontos pacíficos: sobre Minas não há muito e é na linha conhecida (p. 65-88 ou 333-6).

O fato é que o objetivo do autor não foi estudar Minas, mas o

ouro e o comércio anglo-português. O que pretende mostrar é que a prosperidade portuguesa e a britânica coincidem com a do ouro de Minas, Goiás, Mato Grosso e Bahia — um dos pontos dignos de nota no texto é o de que, quando fala em ouro, não se refere apenas a Minas, mas também ao de outras Capitânicas, ou a outros portos, que não o Rio de Janeiro, como ainda Salvador e Belém, que dão saída à produção da Bahia, Goiás e Mato Grosso, em perspectiva pouco freqüente (p. 88-114 e 334). Já a decadência portuguesa coincide com a da mineração. À página 3 propõe duas questões: a primeira é se "seria o ouro brasileiro um dos elementos permissivos do desencadeamento da mudança de estrutura"? (com o pensamento na economia européia); a segunda: "conhecemos as avaliações da produção do ouro brasileiro. (...) Valeria a pena reanalisar a questão, revendo documentos e acrescentando novos informes"?

Começamos pela segunda, que a primeira nos parece decorrente dela. O autor estuda a produção do ouro nas várias áreas do país (p. 115-20), concluindo com o quadro da produção no século XVIII (p. 122 e seguintes). A nosso ver, a resposta é pouco satisfatória, uma vez que devia haver o paralelo do que encontra com as indicações antes feitas (Soetbeer, Eschwege e Calógeras, citados à p. 3, com a falta do nome de José João Teixeira o primeiro a fazer o cálculo, em 1780). Como está, não permite comparação, a não ser que o leitor busque os números apresentados por aqueles: seria fácil um quadro para o confronto, o que não é feito. Demais, era preciso justificar a diferença, uma vez que seu cálculo é bem mais modesto que o de Eschwege e Calógeras. Impunha-se mostrar a razão do número que encontra, como os critérios ou equívocos de outros que trataram da matéria. A pergunta que se propõe, que lhe deu tanto trabalho, requer mais elaboração na resposta, para ser satisfatório o que diz e compensador o esforço.

Já a outra pergunta tem resposta ampla (a contar da p. 124

até o fim). O comércio do Brasil com Portugal de 1697 a 1766 é minuciosamente levantado — está mesmo aí uma das contribuições do autor à história econômica (p. 140-259). Depois, é o comércio anglo-português (p. 260-323). Mostra como "o ouro brasileiro e o comércio anglo-português têm demonstrado que são setores em relação direta até a década de 1760 e início da seguinte" (p. 320). Destaca que o ouro entra no mercado em fase ascendente da economia, usando os ciclos econômicos estudados por Gaston Imbert, desaparecendo quando a economia européia começa a amadurecer a indústria, que vai dar corpo ao sistema capitalista, nas últimas décadas do século XVIII.

É curioso acompanhar as coincidências que mostra. O autor brasileiro chega a termos de certa audácia. Imbert reconhece como movimento secular capitalista "o que se desenvolveu de 1720/40 a 1895/6" (p. 337); temos dúvida quanto ao que chama de "movimento secular planista" — a começar pela denominação — "que se prolonga até nossos dias". É interessante o fato de a tese mostrar que "Imbert desconheceu totalmente a produção brasileira de ouro" (p. 338), uma vez que escreveu que "a partir de 1740 não mais se verifica aumento daquele metal precioso". E Virgílio Noya Pinto conclui: "justamente por isso acreditamos que nossas pesquisas projetam o ouro brasileiro na economia mundial e integram-no na análise de Gaston Imbert" (p. 338). Avança mesmo: "estas constatações levam-nos a concluir que o ouro brasileiro está para o movimento secular capitalista como os metais preciosos do México e do Peru estão para o movimento secular mercantilista, e o ouro do Alasca, do Transvaal e da Austrália para o movimento secular planista" (p. 339). O historiador é muito ousado na passagem: se é pacífico que os metais da América deram impulso à economia do século XVI (fato denunciado já em 1568 por Jean Bodin e que teve aprofundamento nos historiadores que trataram da "revolução dos preços" da época), já

não o é tanto na influência do ouro brasileiro no "movimento secular capitalista" e acreditamos que não seja nada representativo para o chamado "movimento secular planista".

Pode-se dizer que "o ouro brasileiro foi um elemento significativo para a economia do século XVIII" (p. 342), o mais é hipertrofia de um fator: se é compreensível a quem o estuda, pelo realce que percebe, já a ênfase não é convincente. Confessamos dúvida ante conclusão peremptória, mais ainda sobre a seguinte: "a perfeita conexão entre a idade do ouro do Brasil e as transformações na economia inglesa possibilitou o impulso do capitalismo industrial na Inglaterra" (p. 343). Curiosamente, o ouro teve efeitos na estrutura da economia inglesa, enquanto "para o Brasil seus efeitos foram muito mais conjunturais que estruturais" (p. 342) — o que nos parece questionável quanto às duas partes: se foi estrutural naquela e conjuntural em nossa economia (pe-lo menos quanto a Minas foi estrutural).

O autor, se chega a estabelecer relação entre o ouro brasileiro e a economia do século, ainda que enfático, como vimos, não chega a citar a passagem de Sombart em *O burguês*, que Roberto Simonsen divulgou na *História econômica do Brasil*, segundo a qual o ouro brasileiro teria configurado o homem econômico moderno. Afirmativa que fez muito mal, pela repetição sem o devido entendimento, que estabelece que esse ouro fez a prosperidade britânica por causa do Tratado de Methuen (documento que tem boa análise na tese, p. 46-52), o pai da revolução industrial e do capitalismo. É equívoco que a prosperidade britânica no século XVIII tenha raízes mais profundas, na reforma agrícola com as "leis dos cercos" (desde o século XVI), com o senso experimental que leva à "revolução agrícola" ou à "revolução industrial", nas leis de navegação, no sentido de oportunismo que é permitido pela ordem política que o país conhece, enquanto o resto da Europa vive de intrigas e disputas, em guerras estéreis e que a me-

lhor parte vai sempre para o britânico, que chega no fim para decidir e ganhar. O historiador paulista evita essas colocações, mas seu texto pode induzir o leitor a embarcar em linha interpretativa passível de reparo.

Haveria muito o que apontar no livro, de acertos e mesmo de alguns trechos menos convincentes. Sem falar da necessidade de uma boa revisão, que corrija as faltas explicáveis em tese, pois todos sabem com que premência são escritas. Há alguns pequenos equívocos: para apontar apenas dois, lembramos das datas imprecisas das rebeliões de Pitangui e Villa Rica (p. 74); ou a nota 345 (p. 365), que fala do "Triunfo Eucarístico, no qual Simão Ferreira Machado descreve o luxo e a suntuosidade da festa realizada a 24 de maio de 1733, em comemoração à Ascensão do Senhor, em Vila Rica". Não foi por esse motivo, mas pela transladação do Santíssimo da Igreja do Rosário para a do Pilar, como se lê no próprio título da obra publicada em Lisboa em 1734.

Nosso objetivo é chamar a atenção para o trabalho de Virgílio Noya Pinto, que não pode permanecer mimeografado, de acesso a poucos privilegiados. Com revisão, pode tornar-se livro importante, que deve ser editado condignamente, para proveito dos estudiosos do ouro brasileiro do século XVIII em Minas — Brasil, Portugal e Ocidente europeu. Além do muito que dá como informação, é provocativo e leva ao debate, como se viu. Escrevemos a nota exatamente para movimentar o autor ou alguma editora, pois sabemos de sua modéstia, que pode levá-lo a subtrair ao público obra que é de interesse: uma das poucas em que o país aparece no quadro da economia da época, participa da gênese de novo sistema econômico. Que seja apresentada, pois, em livro. □

Francisco Iglésias

Economics and the public purpose

Por John Kenneth Galbraith.
Houghton Mifflin, 1973.

A simbiose burocrática e a emancipação do Estado

Um fenômeno cada vez mais importante vem ocorrendo nas economias capitalistas mistas, não só em países desenvolvidos como os EUA, a Alemanha Ocidental e a Inglaterra, mas também em países em rápido processo de desenvolvimento como o Brasil: é a tendência das organizações públicas e privadas em encontrar e perseguir um propósito comum. John Kenneth Galbraith, em seu último livro, *Economics and the public purpose*, chamou esse fenômeno de "a simbiose burocrática".

Através da simbiose burocrática e tecnoestrutura das grandes empresas, procura influenciar intensamente os objetivos a serem seguidos pelos governos, prover os técnicos e nomear os políticos que farão decisões importantes para o desenvolvimento das atividades empresariais. Existe uma crescente interação entre os tecnoburocratas administradores, engenheiros, cientistas, advogados, mercadólogos, homens com conhecimento especializado da burocracia governamental e de como manipular essa burocracia, que se movimentam das grandes empresas privadas multinacionais, nacionais e mistas para o governo e vice-versa.